



**UNR** Universidad  
Nacional de Rosario

**CONVÊNIO MARCO**  
**UNIVERSIDAD NACIONAL DEL ROSARIO – ARGENTINA E A**  
**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – BRASIL**

A **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)**, estabelecida na Rua da Reitoria, 374, Cidade Universitária, São Paulo – SP, Brasil, representada por seu Reitor, Vahan Agopyan, e, de outro lado, a **UNIVERSIDAD NACIONAL DEL ROSARIO (UNR)**, estabelecida na Calle Maipú 1065 da cidade de Rosario – CP.S2000GK, província de Santa Fe, República Argentina, representada pelo senhor Bacharel Franco Batolacci com DNI 24.311.213 designado pela resolução HAU N 001 de 2019, cientes de que a cooperação entre ambas as Instituições promoverá o desenvolvimento de pesquisas e outras atividades acadêmicas e culturais, decidem celebrar o seguinte CONVÊNIO MARCO que será regido pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

A **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO** e a **UNIVERSIDAD DEL ROSARIO** concordam em promover a cooperação acadêmica entre ambas as Instituições, em áreas de mútuo interesse, por meio de:

1. intercâmbio de informação e publicações incluindo o intercâmbio entre as bibliotecas das respectivas Instituições;
2. intercâmbio de docentes e pesquisadores para a participar em cursos oferecidos nas respectivas Instituições;
3. intercâmbio de estudantes entre ambas as Instituições;
4. desenvolvimento ou participação em seminários, colóquios ou simpósios;
5. desenvolvimento de estudos conjuntos de pesquisa;
6. desenvolvimento de programas e planos de estudos conjuntos;
7. acesso a equipamentos e material específico;
8. visitas de curta duração;
9. fomentação de estudos de graduação e pós-graduação;
10. realização de atividades de cooperação acordadas entre ambas as Partes.

**CLÁUSULA SEGUNDA - IMPLEMENTAÇÃO**



O pessoal oferecido por uma das Instituições para participar nas atividades que sejam instrumentadas deverá ser aceito pela outra parte sob os estritos princípios de idoneidade profissional.

As atividades envolvidas no presente serão concretadas em programas ou projetos que serão instrumentados mediante a celebração de convênios específicos.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - ACORDOS ESPECÍFICOS A PROJETAR A PARTIR DESTE CONVÊNIO MARCO**

Os Acordos específicos deverão conter:

- 1-Descrição do programa ou projeto.
- 2-Designação de responsáveis e participantes de cada Instituição.
- 3-Duração do programa ou projeto.
- 4-Determinação dos recursos financeiros previstos para cubrir os gastos relacionados do programa ou projeto e forma de administração dos fondos.
- 5-Previsões para a hospedagem de responsáveis, participantes e convidados.

### **CLÁUSULA QUARTA - FINANCIAMIENTO**

Cada programa ou projeto deberá conter as especificaciones detalladas dos compromissos financeiros das partes dado que o presente Acordo não implica compromiso financeiro algum para as Instituições assinantes.

Registra-se que o desenvolvimento dos programas ou projetos estará sujeito aos fondos existentes dentro do marco de Acordos Internacionais, salvo especificação em contrário.

No caso de que o programa ou projeto fosse susceptível de gerar resultados económicos deverá se estabelecer a participação das Instituições que assinam.

### **CLÁUSULA QUINTA – RECONHECIMENTO**

No caso de programas conjuntos de estudos ou intercâmbio de estudantes, a forma de reconhecimento dos estudos será estabelecida de acordo com os regulamentos em vigor para cada uma das partes.

### **CLÁUSULA SEXTA – DIREITOS DE PROPIEDAD INTELLECTUAL**

Cada Parte deberá possuir sua própria Propriedade Intelectual (PI), gerada por seu corpo docente, estudantil e de agentes, sob este Convênio Marco. Considerando que este Convênio Marco é relevante para o avanço da ciência e para a geração do conhecimento, as partes



concordam em fornecer licenças mútuas não onerosas para a utilização da PI para fins não comerciais nas atividades acadêmicas das instituições.

Caso as duas Partes sejam responsáveis pela geração conjunta de PI, a propriedade dessa PI será compartilhada, de acordo com a contribuição na invenção feita por cada uma das Partes, mediante a elaboração de um Convênio específico.

Se essa PI for passível de exploração comercial, nenhuma das Partes poderá explorá-la sem o consentimento da outra e o fará em termos a serem definidos por meio de um Convênio específico.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – PUBLICACIÓN**

As duas Partes publicarán em conjunto os resultados originados desta cooperação, de acordo com a prática acadêmica usual. No caso de publicação a ser feita por uma das Partes, ela solicitará o consentimento por escrito da outra Parte, com antecedência de 30 dias. Caso não ocorra o consentimento no prazo estipulado, entender-se-á como autorizada a publicação.

Ambas as Partes terão a liberdade de utilizar quaisquer informações científicas e técnicas, criadas ou transferidas durante as atividades acadêmicas colaborativas descritas na Cláusula Primeira, para os objetivos de seus projetos de pesquisa e desenvolvimento. Entretanto, qualquer utilização pelas Partes de informações originadas das experiências da outra Parte, com objetivo de pesquisa e desenvolvimento, estará sujeita a um convênio específico em separado.

### **CLÁUSULA OITAVA – CONFIDENCIALIDADE**

Este Acordo e todos os documentos e informações fornecidos por uma Parte a outra, sob ou em conexão com a negociação deste Acordo, ou qualquer compromisso contratual subsequente serão tratados com confidencialidade (Informação Confidencial). A Informação Confidencial não poderá ser utilizada a não ser para os objetivos aos quais ela foi disponibilizada e não poderá ser revelada para nenhuma outra pessoa sem o consentimento prévio, por escrito, da outra parte.

Nenhuma das Partes cometerá infração pela obrigação de manter a confidencialidade da informação ou de não revelá-la a qualquer outra parte na medida em que a Informação Confidencial:

- i. seja conhecida da Parte que a divulga antes de seu recebimento, e se ela não estiver sujeita a qualquer obrigação de confidencialidade pela outra Parte; ou
- ii. seja ou se torne conhecida publicamente sem a violação deste Acordo ou de qualquer outro compromisso de confidencialidade; ou



- iii. tenha sido obtida pela Parte que a divulgue, de uma terceira Parte, em circunstâncias em que ela não tenha razões para crer que tenha havido violação da obrigação de confidencialidade; ou
- iv. tenha sido desenvolvida, de forma independente, pela Parte que a divulgue; ou
- v. seja revelada em conformidade com alguma lei, regulamento ou ordem de qualquer órgão judicial, de jurisdição competente, e que a Parte que tenha sido requisitada a fazer a revelação tenha informado a outra Parte, a quem pertença a Informação, dentro de um período razoável, depois de ter recebido a solicitação para essa revelação e qual a informação solicitada; ou
- vi. seja aprovada para divulgação, por escrito, por um representante autorizado da Parte a quem ela pertença.

Na execução deste Acordo de Cooperação, ambas as partes deverão observar a legislação e os regulamentos de seus respectivos países.

#### **CLÁUSULA NONA - VIGÊNCIA**

Este Convênio Marco vigorará a partir da data de sua assinatura, por um período de **quatro anos**. Findo o prazo, o Convênio Marco poderá ser reeditado, com a concordância de ambas as instituições, mediante o estabelecimento de um novo Convênio Marco ou um Convênio específico.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - TERMO ADITIVO**

Quaisquer modificações nos termos deste Convênio Marco deverão ser efetuadas por meio de Termo Aditivo, devidamente acordado entre as partes signatárias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - COORDENAÇÃO**

Para constituir a coordenação do presente Convênio Marco são indicados pela **USP**, o Presidente da Agência USP de Cooperação Nacional ou Internacional e pela **UNR** Secretaria del Área de Internacionalización.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DENÚNCIA**



O presente Convênio Marco poderá ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias. Caso haja pendências, as partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Acordo, as responsabilidades pela conclusão de cada um dos programas de trabalho envolvidos, respeitadas as atividades em curso, as quais serão cumpridas antes de efetivar o encerramento, assim como quaisquer outras responsabilidades ou obrigações cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente Acordo, as partes envidarão esforços na busca de uma solução consensual. Não sendo possível, as Partes serão submetidas aos princípios do Direito Internacional.

E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo em 2 (duas) vias de cada versão, em espanhol e em português, de igual teor e para um só efeito.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**VALMOR  
ALBERTO  
AUGUSTO  
TRICOLI:**  
12504880871

Assinado digitalmente por VALMOR ALBERTO AUGUSTO TRICOLI: 12504880871  
DN: C=BR, O=CP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=JPEB, e=CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=Presencial, OU=9222917000149, CN=VALMOR ALBERTO AUGUSTO TRICOLI:12504880871  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Data: 2021.11.11 07:15:27  
Foxit Reader Versão: 9.5.0

Por delegação do M. Rector  
Portaria GR 6540/2014  
Valmor Alberto Augusto Tricoli  
Presidente da Agência USP de  
Cooperação Acadêmica  
Nacional e Internacional

**Vahan Agopyan**  
Rector

**Data:** 11/11/2021

**UNIVERSIDAD DE ROSARIO**



**Franco Bartolacci**  
Rector

**Data:**

**09 FEB. 2022**



**CONVENIO MARCO ENTRE LA  
UNIVERSIDAD NACIONAL DE ROSARIO - ARGENTINA –  
Y LA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - BRASIL**

La **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)**, establecida en la Rua da Reitoria, 374, Cidade Universitária, São Paulo – SP, Brasil, representada por su Rector, Vahan Agopyan, y la **UNIVERSIDAD NACIONAL DE ROSARIO (UNR)**, con sede en calle Maipú 1065 de la ciudad de Rosario – CP.S2000CGK, provincia de Santa Fe, República Argentina, representada en este acto por el señor Licenciado FRANCO BARTOLACCI con DNI 24.311.213 designado por Resolución HAU N 001 de 2019, conscientes de que la cooperación entre ambas instituciones promoverá el desarrollo de investigaciones y otras actividades académicas y culturales, deciden celebrar el siguiente CONVENIO MARCO que se regirá por las siguientes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMERA - OBJETO**

La **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO** y la **UNIVERSIDAD NACIONAL DE ROSARIO**. concuerdan en promover la cooperación académica entre ambas instituciones, en áreas de mutuo interés, por medio de:

1. Intercambio de información y publicaciones incluyendo el intercambio entre las bibliotecas de las respectivas Instituciones.
2. Intercambio de personal docente e investigadores para participar en cursos ofrecidos en las respectivas Instituciones.
3. Intercambio de estudiantes entre ambas Instituciones.
4. Desarrollo o participación en seminarios, coloquios o simposios.
5. Desarrollo de estudios conjuntos de investigación.
6. Desarrollo de programas y planes de estudios conjuntos.
7. Acceso a equipos y material específico.
8. Visitas de corta duración.
9. Fomento de estudios de grado y post-grado.
10. Realización de actividades de cooperación acordadas entre ambas partes.

**CLÁUSULA SEGUNDA - IMPLEMENTACIÓN**



El personal ofrecido por una de las Universidades para participar en las actividades que se instrumenten deberá ser aceptado por la otra parte bajo los estrictos principios de idoneidad profesional.

Las actividades involucradas en el presente se concretarán en programas o proyectos que se instrumentarán mediante la celebración de convenios específicos.

### **CLÁUSULA TERCERA - CONVENIOS ESPECÍFICOS A PROYECTAR A PARTIR DE ESTE CONVENIO MARCO**

Los convenios específicos deberán contener:

- 1-Descripción del programa o proyecto.
- 2-Designación de responsables y participantes de cada Institución.
- 3-Duración del programa o proyecto.
- 4-Determinación de los recursos financieros previstos para cubrir los gastos relacionados del programa o proyecto y forma de administración de los fondos.
- 5-Previsiones para el alojamiento de responsables, participantes e invitados.

### **CLÁUSULA CUARTA - FINANCIACIÓN**

Cada programa o proyecto deberá contener las especificaciones detalladas de los compromisos financieros de las partes dado que el presente convenio no implica compromiso financiero alguno para las Instituciones firmantes.

Se deja constancia que el desarrollo de los programas o proyectos, estará sujetos a los fondos existentes dentro del marco de Acuerdos Internacionales, salvo que se especifique lo contrario.

En caso de que el programa o proyecto fuere susceptible de generar resultados económicos deberá establecerse la participación de las Instituciones firmantes

### **CLÁUSULA QUINTA – RECONOCIMIENTO**

En caso de programas de estudios conjuntos o de intercambio estudiantil, se establecerá la forma de reconocimiento de estudios conforme a la normativa vigente para cada una de las partes.

### **CLÁUSULA SEXTA – DERECHOS DE PROPIEDAD INTECTUAL**

Cada parte deberá poseer su propia Propiedad Intelectual (PI), generada por su cuerpo docente, estudiantil y de agentes, bajo este Convenio Marco. Considerando que este Convenio Marco es relevante para el avance de la ciencia y para la generación del conocimiento, las



partes están de acuerdo en proveer licencias mutuas no onerosas para la utilización de la PI para fines no comerciales en las actividades académicas de las instituciones.

En el caso de que ambas partes sean responsables por la generación conjunta de PI, la propiedad de esa PI será compartida, de acuerdo con la contribución en la invención hecha por cada una de las partes, mediante a la elaboración de un Convenio específico.

Si esa PI es pasible de explotación comercial, ninguna de las partes podrá explotarla sin el consentimiento de la otra y lo hará en términos que sean definidos por medio de un Convenio específico.

Las patentes susceptibles de ser desarrolladas estarán sujetas a las normas y leyes sobre patentes y derechos de autoría o invención vigentes.

### **CLÁUSULA SÉPTIMA - PUBLICACIÓN**

Las dos partes publicarán en conjunto los resultados originados de esa cooperación, de acuerdo con la práctica académica usual. En el caso de la publicación que se hará por cualquiera de las partes, una de ellas solicitará el consentimiento por escrito de la otra, con 30 días de antelación. En caso de que no ocurra el consentimiento en el plazo estipulado, se entenderá como autorizada la publicación.

Ambas las partes tendrán la libertad de utilizar cualquier información científica y técnica, creada o transferida durante las actividades académicas colaborativas descritas en la Cláusula Primera, para los objetivos de sus proyectos de investigación y desarrollo. Sin embargo, cualquier utilización por las partes de informaciones originadas de las experiencias de la otra parte, con objetivo de investigación y desarrollo, estará sujeta a un convenio específico por separado.

### **CLÁUSULA OCTAVA – CONFIDENCIALIDAD**

Este acuerdo y todos los documentos e informaciones suministrados por una parte a la otra, bajo o en conexión con la negociación de este Acuerdo, o cualquier compromiso contractual subsiguiente serán tratados con confidencialidad (Información Confidencial). La Información Confidencial no podrá ser utilizada a no ser para los objetivos a los cuales ha sido proveída y no podrá ser revelada a ninguna otra persona sin el consentimiento previo, por escrito, de la otra parte.

Ninguna de las partes cometerá infracción por la obligación de mantener la confidencialidad de la información o de no revelarla a cualquier otra parte en la medida en que la Información Confidencial:

- i. sea conocida por la parte que la divulga antes de su recibimiento, y si no está sujeta a cualquier obligación de confidencialidad por la otra parte;



- ii. sea o se vuelva conocida públicamente sin la violación de este Acuerdo o de cualquier otro compromiso de confidencialidad; o
- iii. haya sido obtenida por la otra parte que la divulgue, de una tercera parte, en circunstancias en las cuales no tenga razones para creer que haya ocurrido violación de la obligación de confidencialidad; o
- iv. haya sido desarrollada, de modo independiente, por la parte que la divulgue; o
- v. sea revelada en conformidad con alguna ley, reglamento u orden de cualquier autoridad judicial competente, y que la parte que haya sido requerida para hacer la divulgación haya informado a la otra parte, a quien pertenece la información, dentro de un plazo razonable, después de haber recibido la solicitud para esa revelación y cuál es la información solicitada; o
- vi. sea aprobada para divulgación, por escrito, por un representante autorizado de la parte a quien pertenezca.

En la ejecución de este Convenio Marco, ambas partes deben cumplir con las leyes y regulaciones de sus respectivos países.

#### **CLÁUSULA NOVENA - VIGENCIA**

Este Convenio Marco regirá a partir de la fecha de su firma, por un período de **cuatro años**. Una vez terminado el plazo, el Convenio Marco podrá ser reeditado, con el acuerdo de ambas instituciones, mediante el establecimiento de un nuevo Acuerdo de Cooperación o un Convenio específico.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – ENMIENDA**

Cualquier modificación en los términos de este Convenio Marco, deberá efectuarse por medio de una Enmienda, debidamente acordada entre las partes signatarias.

#### **CLÁUSULA ÚNDECIMA - COORDINACIÓN**

Para constituir la coordinación del presente Convenio Marco son indicados por la **USP**, el Presidente da Agência USP de Cooperação Nacional e Internacional y por la **UNR** el responsable del área de internacionalización.

#### **CLÁUSULA DUODÉCIMA - DENUNCIA**

El presente Convenio Marco podrá ser denunciado en cualquier momento, por cualquiera de las partes, mediante comunicación expresa, con una antelación mínima de 180 (ciento



ochenta) días. En caso que haya actividades pendientes, las partes definirán, mediante Término de Cierre del Convenio, las responsabilidades por la conclusión de cada uno de los programas de trabajo involucrados, respetándose las actividades en curso, las cuales serán cumplidas antes de llevar a cabo el cierre, así como cualquier otra responsabilidad u obligación pertinente.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCERA – RESOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS**

Para dirimir dudas que puedan suscitarse en la ejecución e interpretación del presente acuerdo, las partes realizarán sus mayores esfuerzos en la búsqueda de una solución consensual. No siendo ello posible las partes se someterán a los principios del Derecho Internacional.

Y en prueba de conformidad y aceptación, las partes firman el presente término en 2 (dos) ejemplares de cada versión, en español y en portugués, de igual contenido y a un sólo efecto.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**UNIVERSIDAD NACIONAL DE ROSARIO**

VALMOR  
ALBERTO  
AUGUSTO  
TRICOLI:  
12504880871

Assinado digitalmente por VALMOR ALBERTO AUGUSTO TRICOLI: 12504880871  
DN: cn=VALMOR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=IEB BRANCOI, ou=Presencial, ou=82228170000148, cn=VALMOR ALBERTO AUGUSTO TRICOLI: 12504880871  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Data: 2021-11-11 07:15:58  
Foxit Reader Versão: 9.5.0

Por delegação do M. Rector  
Portaria GA 6580/2014  
Valmor Alberto Augusto Tricoli  
Presidente da Agência USP de  
Cooperação Acadêmica  
Nacional e Internacional

**Vahan Agopyan**  
Rector

**Franco Bartolacci**  
Rector



Fecha: 11 / 11 / 2021

Fecha: 09 FEB. 2022